

de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

16 de Dezembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Alice Moreira*. — Oficial de Justiça, *Maria José Casanova*.

Aviso de contumácia n.º 2244/2006 — AP. — A Dr.ª Alice Moreira, juíza de direito do 1.º Juízo Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Faro, faz saber que no processo comum (tribunal colectivo), n.º 13/03.0GDFAR, pendente neste Tribunal contra o arguido Júlio da Silva Pires, filho de João de Sousa Pires e de Adília da Silva, de nacionalidade portuguesa nascido em 14 de Janeiro de 1955, casado, titular do bilhete de identidade n.º 4579440, com domicílio Rua Sacadura Cabral, 8, 8150 São Brás de Alportel, por se encontrar acusado da prática de um crime de maus tratos ao cônjuge ou análogo, praticado em 13 de Março de 2003, um crime de detenção ou tráfico de armas proibidas, praticado em 14 de Fevereiro de 2003, um crime de homicídio qualificado na forma tentada, praticado em 14 de Fevereiro de 2003, um crime de violação de domicílio, praticado em 16 de Fevereiro de 2003, um crime de incêndios, explosões e outras condutas especialmente perigosas, praticado em 16 de Fevereiro de 2003, um crime de dano simples, praticado em 16 de Fevereiro de 2003, um crime de homicídio na forma tentada, praticado em 15 de Janeiro de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 5 de Janeiro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3 do referido diploma legal.

6 de Janeiro de 2006. — A Juíza de Direito, *Alice Moreira*. — A Oficial de Justiça, *Maria José Casanova*.

Aviso de contumácia n.º 2245/2006 — AP. — O Dr. Joaquim Jorge da Cruz, juiz de direito do 1.º Juízo Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Faro, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 1319/03.4PBFAR, pendente neste Tribunal contra o arguido Vladimir Donskikh, filho de Vassilie Donskikh e de Nadia Donskikh natural da Rússia, de nacionalidade de russa, nascido em 21 de Junho de 1970, casado em regime desconhecido, titular do passaporte n.º 601172475, com domicílio na Urbanização Vale da Amoreira, 18, 2.º direito, 8000 Faro, por se encontrar acusado da prática de um crime de desobediência, previsto e punido pelo artigo 348.º, n.º 1, alínea b), do Código Penal, praticado em 10 de Setembro de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 5 de Janeiro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3 do referido diploma legal.

6 de Janeiro de 2006. — O Juiz de Direito, *Joaquim Jorge da Cruz*. — A Oficial de Justiça, *Maria José P. Pinto Benvindo*.

Aviso de contumácia n.º 2246/2006 — AP. — O Dr. Joaquim Jorge da Cruz, juiz de direito do 1.º Juízo Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Faro, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 113/03.7GDFAR, pendente neste Tribunal contra o arguido Hugo José Martins Viegas Pereira, filho de Alberto Lino Viegas Pires e de Maria Alice Martins Marta Pereira, natural de São Brás de Alportel, de nacionalidade portuguesa, nascido em 14 de Dezembro de 1974, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 11151358, com domicílio no Sítio dos Machados, 8150 São Brás de Alportel, por se encontrar acusado da prática de um crime de con-

dução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 25 de Março de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 5 de Janeiro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

6 de Janeiro de 2006. — O Juiz de Direito, *Joaquim Jorge da Cruz*. — A Oficial de Justiça, *Maria José P. Pinto Benvindo*.

2.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE FARO

Aviso de contumácia n.º 2247/2006 — AP. — A Dr.ª Sílvia Maria Frade Catela, juíza de direito do 2.º Juízo Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Faro, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 26/00.4TALLE, pendente neste Tribunal contra o arguido Luís António Santos Batalha Rocha, filho de António Francisco Batalha Rocha e de Rosília Maria Elias dos Santos Batalha Rocha, natural de Santo Antão do Tojal, Loures, de nacionalidade portuguesa nascido em 23 de Junho de 1965, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 7024869, com domicílio em Mar e Guerra, Caixa postal 3247, 8006-501 Faro, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 25 de Setembro de 1999, e um crime de condução sem habilitação legal previsto e punido pelo artigo 3.º, n.ºs 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 2/98 de 3 de Janeiro, praticado em 9 de Janeiro de 2004, por despacho de 21 de Novembro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal, por o arguido se ter apresentado em juízo.

9 de Dezembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Sílvia Maria Frade Catela*. — A Oficial de Justiça, *Isabel Maria Batista P. Sargaço*.

Aviso de contumácia n.º 2248/2006 — AP. — A Dr.ª Sílvia Maria Frade Catela, juíza de direito do 2.º Juízo Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Faro, faz saber que no processo abreviado n.º 2012/00.5TAFAR, pendente neste Tribunal contra o arguido Fernando Pereira Machado, filho de António Fernandes Machado e de Deolinda Pereira de Araújo, natural de Fojo Lobal, Ponte de Lima, nascido em 10 de Janeiro de 1971, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 10927166, com domicílio em Campinas Faro, sítio Bate Cú, 8000 Olhão, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, 121.º, n.º 1, 122.º, n.º 2, e 124.º do Código de Estrada, praticado em 15 de Agosto de 2000, por despacho de 5 de Dezembro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por se ter apresentado em juízo.

14 de Dezembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Sílvia Maria Frade Catela*. — A Oficial de Justiça, *Isabel Maria Batista P. Sargaço*.

Aviso de contumácia n.º 2249/2006 — AP. — A Dr.ª Sílvia Maria Frade Catela, juíza de direito do 2.º Juízo Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Faro, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 250/99.0TAFAR, pendente neste Tribunal contra o arguido Francisco Guerreiro Neves, filho de José Neves Serrano e de Angela Guerreiro Gato, natural de Amareleja, Moura, de nacionalidade portuguesa, nascido em 16 de Julho de 1953, titular do bilhete de identidade n.º 5245665 e com último domicílio conhecido na Rua Afonso de Albuquerque, 15, 2.º, direito, 8100 Loulé, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 13 de Setembro